



ACÓRDÃO Nº969/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 12481/2020.**
- 2- **Assunto:** Embargos de Declaração.
- 3- **Embargante:** Renato Frota Magalhães.
- 4- **Advogado:** Não possui.
- 5- **Procurador de Contas Oficiante do Processo:** Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça.
- 6- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Embargos de Declaração.

Conhecimento. Provimento. Ciência. Arquivamento.

7- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “F”, item 1, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento oral do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 7.1. **Conhecer** os Embargos de Declaração opostos pelo **Sr. Renato Frota Magalhães**, contra o Acórdão nº 1966/2022-TCE-Tribunal Pleno (fls. 807/813), na forma do art. 148, caput, da Resolução nº 04/2002 c/c art. 63, da Lei nº 2423/1996;
- 7.2. **Dar Provimento** aos Embargos de Declaração opostos pelo **Sr. Renato Frota Magalhães**, de modo a excluir o item 10.3, do Acórdão nº 1966/2022-TCE-Tribunal Pleno, isto é, excluir a multa imputada ao **Sr. Renato Frota Magalhães**, no valor de **R\$ 14.654,39** (quatorze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), porque este embargante não era Secretário da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento, Centro e Comércio Informal (SEMACC) em 2019, ano da Prestação de Contas Anual em análise e, por conseguinte, não deve responder pelos achados vislumbrados à época;
- 7.3. **Dar ciência** ao **Sr. Renato Frota Magalhães**, acerca da decisão, na forma do art. 95, da Resolução nº 04/2002, ficando autorizada a emissão de nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se, porventura persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002;
- 7.4. **Arquivar** o presente processo, após expirados os prazos regimentais.



ACÓRDÃO Nº969/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

8- Ata: 16ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

9- Data da Sessão: 16 de Maio de 2023.

10- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ári Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

10.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

11- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral